# **Demonstrações Financeiras**

TCP Log S.A.

31 de dezembro de 2016 com relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

# Índice

Rela	tório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	
Bala	ınço Patrimonial	
Dem	nonstração dos resultados	ı
Dem	nonstração do resultado abrangente	6
Dem	nonstração das mutações do patrimônio líquido	
	nonstração dos fluxos de caixa	
1.	Contexto operacional	
2.	Políticas contábeis	
3.	Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	14
4.	Caixa e equivalentes de caixa	15
5.	Contas a receber	15
6.	Outros créditos	16
7.	Empréstimos e financiamentos	16
8.	Partes relacionadas	
9.	Imposto de renda e contribuição social	
10.	Investimentos	18
11.	lmobilizado	19
12.	Obrigações tributárias a recolher	
13.	Outras obrigações	20
14.	Patrimônio líquido	
<b>15</b> .	Remuneração dos administradores	
16.	Receita operacional líquida	
17.	Despesas operacionais por natureza	
18.	Instrumentos financeiros	
19.	Gestão de capital	
20.	Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia	
21.	Seguros	23



Condomínio Centro Século XXI R. Visconde de Nacar, 1440 14º Andar - Centro 80410-201 - Curitiba, PR, Brasil

Tel: (5541) 3593-0700 Fax: (5541) 3593-0719 ev.com.br

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **TCP Log S.A.**Curitiba - Paraná

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da TCP Log S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da TCP Log S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do Auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

# Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



#### Responsabilidades do Auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba (PR), 8 de março de 2017.

**ERNST & YOUNG** 

Auditores Independentes S.S. CRC 2SP 015199/O-6 - F - PR

Alexandre Rubio

Contador CRC-1SP 223.361/O-2

TCP Log S.A.
Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Balanço Patrimonial	Nota	31/12/16	31/12/15
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	344	1.301
Contas a receber de clientes	5	373	1.021
Tributos a recuperar		22	66
Outros créditos	6	431	1
	-	1.170	2.389
Não circulante			
Depósitos judiciais		4	1
Investimentos	10	2.000	4.000
Imobilizado	11	2.385	2.879
Intangível		4	7
	-	4.393	6.887
Total do ativo	-	5.563	9.276
PASSIVO	Nota _	31/12/16	31/12/15
Circulante			
Fornecedores		346	222
Empréstimos e financiamentos	7	134	233
Partes relacionadas	8	1.728	135
	O	1.720	-

	Nota	31/12/16	31/12/15
PASSIVO	_		
Circulante			
Fornecedores		346	233
Empréstimos e financiamentos	7	134	135
Partes relacionadas	8	1.728	-
Obrigações tributárias a recolher	12	139	476
Outras obrigações	13	568	373
	-	2.914	1.217
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	7	235	369
Investimentos a integralizar	10	2.000	4.000
		2.235	4.369
Patrimônio líquido	14		
Capital social		1	1
Reservas de lucros		-	3.689
Lucros acumulados		412	-
		413	3.690
Total do passivo e do patrimônio líquido	_	5.563	9.276

TCP Log S.A.

Demonstração dos resultados

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/16	31/12/15
Demonstração dos resultados			
Receita operacional líquida	16	5.517	18.751
Custo dos serviços prestados	17	(3.862)	(4.648)
Lucro bruto	-	1.655	14.103
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(442)	(248)
Financeiras, líquidas		(42)	335
Outras despesas operacionais		(64)	84
Total das despesas operacionais, líquidas		(548)	171
Lucro antes dos impostos	_	1.107	14.274
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	(695)	(2.299)
Lucro líquido do período	-	412	11.975
Lucro líquido, básico e diluído, por ação – R\$	=	0,05	1,48

# **TCP Log S.A.**Demonstração do resultado abrangente *31 de dezembro de 2016 e 2015*

(Em milhares de reais)

Demonstração do resultado abrangente	31/12/16	31/12/15
Lucro líquido do período	412	11.975
Outros resultados abrangentes		-
Total do resultado abrangente	412	11.975

**TCP Log S.A.**Demonstração das mutações do patrimônio líquido 31 de dezembro 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido		Capital	Lucros	Lucros	
	Nota	social	Retidos	acumulados	Total
aldos em 31 de dezembro de 2014		1	3.720	-	3.721
ividendos pagos exercício anterior		2	(3.720)	_	(3.720)
ucro líquido do período		-	-	11.975	11.975
ividendos intermediários		-	-	(8.286)	(8.286)
ucros retidos a distribuir	14	-	3.689	(3.689)	-
aldos em 31 de dezembro de 2015		1	3.689		3.690
videndos pagos exercício anterior	14	-	(3.689)	-	(3.689)
icro líquido do período		-	-	412	412
ıcros retidos a distribuir	14	-	412	(412)	-
aldos em 31 de dezembro de 2016		1	412	_	413

**TCP Log S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

Fluxo de caída das atividades operacionais  Lucro líquido do período  Depreciações e amortizações  Provisão juros sobre empréstimos  Provisão devedores duvidosos  Variação nos ativos e passivos circulantes e não circulantes:  Redução das contas a receber de clientes  Aumento de outros créditos  Redução (aumento) de outros ativos circulantes e não circulantes  Aumento de fornecedores  Redução de obrigações tributárias  Aumento de partes relacionadas  Aumento (redução) de outras obrigações  Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas das atividades operacionais	412 559 26 56 592 (430) 44 113	11.975 499 31 - 1.860 (1)
Depreciações e amortizações Provisão juros sobre empréstimos Provisão devedores duvidosos  Variação nos ativos e passivos circulantes e não circulantes: Redução das contas a receber de clientes Aumento de outros créditos Redução (aumento) de outros ativos circulantes e não circulantes Aumento de fornecedores Redução de obrigações tributárias Aumento de partes relacionadas Aumento (redução) de outras obrigações  Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas das atividades operacionais	559 26 56 592 (430) 44	499 31 - 1.860 (1)
Provisão juros sobre empréstimos Provisão devedores duvidosos  Variação nos ativos e passivos circulantes e não circulantes: Redução das contas a receber de clientes Aumento de outros créditos Redução (aumento) de outros ativos circulantes e não circulantes Aumento de fornecedores Redução de obrigações tributárias Aumento de partes relacionadas Aumento (redução) de outras obrigações  Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas das atividades operacionais	26 56 592 (430) 44	1.860 (1)
Variação nos ativos e passivos circulantes e não circulantes:  Redução das contas a receber de clientes  Aumento de outros créditos  Redução (aumento) de outros ativos circulantes e não circulantes  Aumento de fornecedores  Redução de obrigações tributárias  Aumento de partes relacionadas  Aumento (redução) de outras obrigações  Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas das atividades operacionais	592 (430) 44	1.860
Variação nos ativos e passivos circulantes e não circulantes:  Redução das contas a receber de clientes  Aumento de outros créditos  Redução (aumento) de outros ativos circulantes e não circulantes  Aumento de fornecedores  Redução de obrigações tributárias  Aumento de partes relacionadas  Aumento (redução) de outras obrigações  Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas das atividades operacionais	592 (430) 44	(1)
Redução das contas a receber de clientes  Aumento de outros créditos  Redução (aumento) de outros ativos circulantes e não circulantes  Aumento de fornecedores  Redução de obrigações tributárias  Aumento de partes relacionadas  Aumento (redução) de outras obrigações  Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas das atividades operacionais	(430) 44	(1)
Redução das contas a receber de clientes  Aumento de outros créditos  Redução (aumento) de outros ativos circulantes e não circulantes  Aumento de fornecedores  Redução de obrigações tributárias  Aumento de partes relacionadas  Aumento (redução) de outras obrigações  Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas das atividades operacionais	(430) 44	(1)
Redução (aumento) de outros ativos circulantes e não circulantes  Aumento de fornecedores  Redução de obrigações tributárias  Aumento de partes relacionadas  Aumento (redução) de outras obrigações  Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas das atividades operacionais	44	(1)
Aumento de fornecedores Redução de obrigações tributárias Aumento de partes relacionadas Aumento (redução) de outras obrigações Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas das atividades operacionais	44	, ,
Aumento de fornecedores Redução de obrigações tributárias Aumento de partes relacionadas Aumento (redução) de outras obrigações Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas das atividades operacionais	113	(55)
Aumento de partes relacionadas Aumento (redução) de outras obrigações Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas das atividades operacionais		8
Aumento (redução) de outras obrigações  Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas das atividades operacionais	(337)	(316)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas das atividades operacionais	1.728	1
	194	(469)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:	2.957	13.532
Aquisições de imobilizado	(65)	(1.417)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(65)	(1.417)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:		
Captações de empréstimos		604
Pagamento empréstimo amortização	(119)	(96)
Juros pagos	(41)	(35)
Dividendos pagos	(3.689)	(12.006)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de financiamento	(3.849)	(11.533)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(957)	582
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:		
No início do período	1.301	719
No final do período	344	1.301
	(957)	582

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

#### 1. Contexto operacional

O TCP Log S.A. ("Companhia") foi criado em 10 de março de 2011, com a denominação social de VIKAS Empreendimentos e Participações S.A, com o capital de R\$1 sendo dividido em 8.116.936 ações. Em 6 de julho de 2011 a Companhia mudou sua razão social para TCP Serviços Logísticos S.A, e sua sede transferida para a cidade de Paranaguá – PR, Avenida Portuária, s/n, Dom Pedro II. Em 16 de abril de 2012 a Companhia alterou sua razão social para TCP Log S.A.

A Companhia tem por objeto:

- a) Prestar serviços de operador de logística de cargas em geral, inclusive contêineres, atuando como consolidador de cargas e agenciando, gerenciando e/ou executando seu transporte nos diversos modais;
- b) Prestar serviços de gestão e operação de portos, terminais, centros de distribuição, unidades de armazenagem, armazéns gerais, entrepostos aduaneiros do interior, bem como demais serviços de despacho aduaneiro;
- c) Prestar serviços de armazenagem, movimentação e manutenção de contêineres;
- d) Desenvolver e manter retroáreas e estacionamentos para veículos automotores;
- e) Importar, exportar, comprar, vender, distribuir, arrendar, locar e ceder contêineres, máquinas, equipamentos e insumos relacionados com as atividades descritas nas alíneas anteriores;
- f) Desenvolver, incorporar, gerenciar e operar parques logísticos, inclusive com compra, venda, locação, arrendamento ou cessão de áreas ou espaços comerciais a terceiros, bem como explorar direitos de passagem e demais oportunidades imobiliárias relacionadas ao ramo da logística ou atividades afins;
- g) Executar todas as atividades afins, correlatas, acessórias ou complementares às descritas nas alíneas anteriores, além de outras que utilizem como base a estrutura da Companhia, e;
- h) Participar direta ou indiretamente de sociedades, consórcios, empreendimentos e outras formas de associação cujo objeto seja relacionado a qualquer das atividades indicadas nas alíneas anteriores, inclusive de operações reguladas ou sujeitas aos regimes de concessão, permissão ou autorização.

#### 2. Políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; a provisão para devedores duvidosos e a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 8 de março de 2017.

# 2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras intermediárias da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

#### 2.2 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de serviços

As receitas de serviços de armazenagem são reconhecidas à medida que os serviços correlatos são prestados e possam ser medidos de forma confiável, dentro de critérios previstos contratualmente. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização.

#### 2.3 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço, conforme regime de apuração Lucro Presumido.

Imposto sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços exceto quando:

- Os impostos sobre os serviços incorridos não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o
  imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa,
  conforme o caso;
- Os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre serviços;
- O valor líquido dos impostos sobre serviços, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Programa de Integração Social PIS: 0,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social COFINS: 3%
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza ISS: 4% sobre Serviços de Armazenagem.

#### 2.4 Instrumentos financeiros

#### Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber. Os ativos financeiros da Companhia são classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

#### Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

#### Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras obrigações e empréstimos e financiamentos.

Mensuração subsequente de empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (Baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

# 2.5 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

#### 2.6 Imobilizado

Edificações, equipamentos e veículos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados de forma prospectiva, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

• Empilhadeiras	5 a 10 anos
<ul> <li>Móveis e utensílios</li> </ul>	10 anos
• Equip. de processamento de dados	10 anos
<ul> <li>Máquinas e equipamentos</li> </ul>	10 anos
<ul> <li>Edificações e instalações</li> </ul>	25 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

#### 2.7 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente. A vida útil de ativo intangível da Companhia em 31 de dezembro de 2016 é avaliada como definida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

# 2.8 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

#### 2.9 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins sendo representados por valores depositados em conta corrente e caixa. A Companhia também considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

#### 2.10 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

#### 2.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

# 2.12 Normas e interpretações novas ainda não adotadas

A Companhia adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016.

# 3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

#### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

#### Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

#### **Impostos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, não identificou nenhum assunto que requeira a constituição provisões para temas tributários e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da companhia da Companhia.

#### Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/16	31/12/15
Caixa e bancos	81	104
Aplicações financeiras – Banco Santander	163	1.160
Aplicações financeiras – Banco Itaú	100	37
	344	1.301

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a aplicações compromissadas de renda fixa, remuneradas a taxas que variam de 85% a 102,5% do Certificado de Depósito Interbancário — CDI. Os prazos de resgate não ultrapassam 90 dias da data do investimento. Não existem restrições para a utilização dos saldos de caixa e equivalentes de caixa.

#### 5. Contas a receber

	31/12/16	31/12/15
Clientes	278	824
Serviços prestados e não faturados	151	197
Provisão devedores duvidosos	(56)	1.5
	373	1.021

Os saldos de contas a receber de clientes estão representados por créditos relativos aos faturamentos dos serviços prestados aos clientes com giro inferior a 30 dias de liquidação.

A Companhia opera com clientes concentrados e em 31 de dezembro de 2016 os cinco maiores representam 68% (72% em 31 de dezembro de 2015).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as análises dos vencimentos de saldos de contas a receber de clientes são as seguintes:

	31/12/16	31/12/15
A vencer	170	729
Vencidos em até 30 dias	15	202
Vencidos de 31 a 90 dias	132	66
Vencidos de 91 a 180 dias	56	6
Vencidos acima de 180 dias	56	18
	429	1.021

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 180 dias, conforme base histórica de perda, o qual totalizava R\$ 56 em 31 de dezembro de 2016 (sem provisão em 2015).

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/16
Saldo no início do exercício	-
Constituição de provisão	(56)
Saldo no final do exercício	(56)

#### 6. Outros créditos

	31/12/2016	31/12/2015
Aluguéis antecipados	358	_
Despesa antecipada - seguro	73	1
	431	1
Parcela no circulante	431	1

# 7. Empréstimos e financiamentos

	Taxa anual de juros anual	31/12/16	31/12/15
Finame	6%	369	504
		369	504
Passivo circulante		134	135
Passivo não circulante		235	369

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

O vencimento das parcelas classificadas no passivo não circulante ocorrerá da seguinte forma:

Saldo
135
100
235

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, a Companhia encontra-se em cumprimento de todas as cláusulas contratuais desses empréstimos e financiamentos.

### 8. Partes relacionadas

	Pass	sivo
	Contas a pag	gar - Mútuo
	31/12/16	31/12/15
TCP Terminal - mútuo	(1.728)	
Circulante	(1.728)	-

Em 19 de dezembro de 2016 foi assinado um mútuo entre o TCP Terminal S.A. e a TCP Log S.A., no montante de R\$ 1.720, com vencimento em 17 de dezembro de 2017. O mútuo é remunerado por 100% do CDI + 1% ao ano.

# 9. Imposto de renda e contribuição social

#### a) Imposto de renda e contribuição social correntes

	31/12/16		31/12/15	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Receita bruta de serviços	5.936	5.936	20.384	20.384
Outras receitas	-	-	120	120
Total receita bruta sobre serviços	5.936	5.936	20.504	20.504
Cancelamentos de vendas	(22)	(22)	(157)	(157)
Receita bruta sobre serviços ajustada	5.914	5.914	20.347	20.347
Alíquotas de presunção	32%	32%	32%	32%
Base de cálculo	1.892	1.892	6.511	6.511
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
Tributos	(473)	(170)	(1.628)	(586)
Rendimento s/resgate aplicação financeira	(56)	(20)	(90)	(32)
Outros	-		10	3
Diferença de alíquota	24	•	24	-
Total tributos lançados ao resultado	(505)	(190)	(1.684)	(615)

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

#### 10. Investimentos

Em 18 de julho de 2013, a Companhia registrou na junta comercial os contratos sociais dos Centros Logísticos de Paranaguá e Ponta Grossa, para os quais foram contabilizados os investimentos no valor de R\$ 2.000 em cada Centro Logístico, conforme quadro abaixo. O valor referente ao Centro Logístico Industrial Aduaneiro de Ponta Grossa foi baixado em março de 2016, devido à descontinuidade do mesmo. Para o investimento no Centro Logístico Industrial Aduaneiro de Paranaguá a Companhia mantém o registro em seu passivo o valor R\$ 2.000 para cumprir a realização do mesmo assim que o processo seja aprovado pela Receita Federal.

Centro Logístico Industrial Aduaneiro Paranaguá
Centro Logístico Industrial Aduaneiro Ponta Grossa

31/12/15
2.000
2.000
4.000

TCP Log S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

# 11. Imobilizado

As movimentações do imobilizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram como segue:

Vida útil	25 anos	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos		
	Edificações e	Máquinas e	Móveis e	Equipamentos e processamentos	Empilhadeiras	Imobilizado em	Total
Custo	instalações	equipamentos	utensílios	de dados		andamento	70147
Saldo em 31 de dezembro de 2014	4	20	10	40	2.311	83	2.468
Aquisições		21	19	77	1.052	248	1.417
aldo em 31 de dezembro de 2015	4	41	29	117	3.363	331	3,885
Aquisições	15		-	-	-	50	65
Saldo em 31 de dezembro de 2016	19	41	29	117	3.363	381	3.950
Depreciação	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Equipamentos e processamentos de dados	Empilhadeiras	Imobilizado em	Total
aldo em 31 de dezembro de 2014	(2)	(5)	(1)	(8)	(493)	anuamento	(500)
epreciação	-	(4)	(3)	(16)	(474)	-	(509) (497)
aldo em 31 de dezembro de 2015	(2)	(9)	(4)	(24)	(967)	_	(1.006)
epreciação	(1)	(6)	(3)	(24)	(525)	_	(559)
aldo em 31 de dezembro de 2016	(3)	(15)	(7)	(48)	(1.492)	-	(1.565)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	2	32	25	93	2.396	331	2.879
Saldo em 31 de dezembro de 2016	16	26	22	69	1.871	381	2.385

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

# 12. Obrigações tributárias a recolher

	31/12/16	31/12/15
IRPJ	81	312
CSLL	42	115
ISS	5	28
PIS	2	4
COFINS	9	17
	139	476

#### 13. Outras obrigações

	31/12/2016	31/12/2015
Adiantamentos de clientes	331	94
Provisão de bônus	73	141
Provisão de férias e 13º	74	74
Outras obrigações trabalhistas	77	52
Outras obrigações	13	12
	568	373
Parcela no circulante	568	373

#### 14. Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015, o capital social autorizado era de R\$1, representado por 8.116.936 ações unitárias, ordinárias nominativas.

#### b) Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 26 de setembro de 2016 foi aprovada em reunião do Conselho de Administração a distribuição de dividendos relativos ao lucro proveniente do exercício anterior, no valor de R\$ 3.689, conforme já estabelecido na Assembleia Geral Ordinária de 23 de maio de 2016 e distribuído ao único acionista da Companhia no período findo em 2016.

Em 31 de dezembro de 2016 a reserva de lucros somava R\$ 412 (R\$ 3.690 em 31 de dezembro de 2015).

#### 15. Remuneração dos administradores

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia consignou como remuneração dos Administradores o montante de R\$32 (R\$ 31 em 2015).

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

#### 16. Receita operacional líquida

Conforme requerido pelo CPC 26, a Companhia apresentou a demonstração do resultado pela receita líquida operacional. Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

	31/12/16	31/12/15
Receita bruta de serviços	5.935	20.384
Deduções da receita:		
Impostos federais	(212)	(744)
Impostos municipais	(184)	(732)
Notas canceladas	(22)	(157)
Total das deduções	(418)	(1.633)
Receita operacional líquida	5.517	18.751

# 17. Despesas operacionais por natureza

	31/12/16	31/12/15
Custos dos serviços prestados	(3.862)	(4.628)
Despesas gerais e administrativas	(442)	(248)
Total das despesas	(4.304)	(4.896)
Despesas por natureza:		
Custos de armazenagem e outros	(1.811)	(1.799)
Despesas gerais e administrativas	(558)	(542)
Depreciações e amortizações	(559)	(499)
Despesas com transporte e combustível	(182)	(378)
Despesa com energia elétrica	(111)	(117)
Despesas com agenciamento de cargas	(7)	(270)
Despesas com pessoal	(1.076)	(1.291)
	(4.304)	(4.896)

#### 18. Instrumentos financeiros

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo dos períodos mencionados.

Os valores constantes nas contas de ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizadas na forma contratada até 31 de dezembro de 2016 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são como seguem:

	Valor contábil		Valor justo	
Ativos financeiros	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Caixa, equivalentes de caixa (Nota 4)	344	1.301	344	1.301
Contas a receber (Nota 5)	373	1.021	373	1.021
	717	2.322	717	2.322
Passivos financeiros				
Fornecedores	346	233	346	233
Partes relacionadas (Nota 8)	1.728	-	1.728	_
Empréstimos e financiamentos (Nota 7)	369	504	369	504
	2.443	737	2.443	737

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Disponibilidades de caixa, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

A Companhia não possui *covenants* (cláusulas restritivas) e bens dados em garantia, atreladas aos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes.

#### 19. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar o início e a continuidade de suas atividades a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ou ajustar esta estrutura, a Companhia poderá com base nas projeções ajustar os pagamentos de dividendos aos acionistas, devolver capital a eles ou emitir novas ações.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa. Em 31 de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2015 o saldo de sua dívida é menor que seu saldo em caixa e equivalentes.

#### 20. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As operações da Companhia compreenderão a prestação de serviços de operador logístico de cargas em geral e gestão e operação de portos, terminais, centros de distribuição e outros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 (Em milhares de reais)

#### Risco de crédito

Esse risco advém de a possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de serviços prestados. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhamento permanente do seu saldo devedor.

# 21. Seguros

Em 31 de dezembro de 2016, as operações sob responsabilidade da TCP Log S.A. têm cobertura securitária na apólice de operador portuário do TCP Terminal, com o valor máximo de USD 6 milhões. A apólice de seguro tem vencimento em 13 de abril de 2017, sendo que as importâncias seguradas e seus limites de indenização máximos foram avaliados por perito terceirizado.

A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros.